

Relatório de Gestão 2013



**INSTITUTO
DE INFORMÁTICA**
CONFIANÇA E INOVAÇÃO

Título

RELATÓRIO DE GESTÃO 2013

Autor/Editor

INSTITUTO DE INFORMÁTICA, I.P.

Av. Prof. Dr. Cavaco Silva, 17 - Taguspark - 2740-120 Porto Salvo

Telf: 21 423 04 09 / Fax: 21 423 00 01

e-mail: ii@seg-social.pt

www.seg-social.pt

Coordenação

Conselho Diretivo

Conceção técnica

Área de Qualidade e Auditoria

Data de edição

Abril de 2014

Versão 1.0

Os direitos de autor deste trabalho pertencem ao Instituto de Informática, e a informação nele contida encontra-se classificada em conformidade com a política de segurança da informação do Instituto de Informática (ver classificação atribuída no rodapé das páginas seguintes). Caso este documento não esteja classificado como "Público", não pode ser duplicado, destruído, arquivado, divulgado, ou transportado, na íntegra ou em parte, nem utilizado para outros fins que não aqueles para que foi fornecido, sem a autorização escrita prévia do Instituto de Informática em conformidade com o procedimento interno de manuseamento da informação do Instituto de Informática ou, se alguma parte do mesmo for fornecida por virtude de um contrato com terceiros, segundo autorização expressa de acordo com esse contrato. Todos os outros direitos e marcas são reconhecidos.

As cópias impressas representam versões não controladas.

ÍNDICE

1. NOTA INTRODUTÓRIA	6
1.1 Enquadramento.....	6
1.2 O Instituto de Informática.....	6
2. INDICADORES DO DESEMPENHO	11
2.1 Gestão das aplicações (SISS) e da informação de suporte ao negócio da Segurança Social (Valores anuais com referência a 05-01-2013).....	11
2.2 Gestão do Relacionamento e do Serviço ao Cliente	11
2.3 Gestão do Serviço de Infraestrutura e Comunicações.....	13
2.4 Sistema de Gestão Integrado	13
3. PESSOAS.....	15
3.1 Pessoas	15
3.2 Mapa de Pessoal a 1 de janeiro de 2013.....	16
3.3 Afetação Real das Pessoas	17
3.4 Movimentos de Entradas e Saídas de Pessoas.....	18
3.5 Procedimentos Concursais	18
4. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 2013.....	20
3.1. Orçamento inicial e revisões orçamentais.....	20
3.1.1. Execução do Orçamento 2013	22
3.1.2. Evolução da despesa.....	23
3.1.3. Análise de Custos de Infra-estrutura	23
3.2. Execução de operações Cofinanciadas - SAMA.....	24
3.2.1. Candidaturas SAMA.....	24
3.2.2. Execução das Operações SAMA.....	27
3.3. Resultado Líquido.....	29
5. NOTA FINAL	34
ANEXO – DEFINIÇÕES (GLOSSÁRIO E ACRÓNIMOS).....	35

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1 - ORGANOGRAMA DO INSTITUTO DE INFORMÁTICA.	9
FIGURA 2 - EVOLUÇÃO DE EFETIVOS 1999/2013.....	17
FIGURA 3 - EVOLUÇÃO DE EFETIVOS VERSO PLANEAMENTO.....	18
FIGURA 4 - EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO 2013	20
FIGURA 5 - COMPARAÇÃO HOMÓLOGA DO OSS.....	22
FIGURA 6 - COMPARAÇÃO HOMÓLOGA DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL.....	22
FIGURA 7 - EVOLUÇÃO TRIMESTRAL DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO.....	23
FIGURA 10 - DISTRIBUIÇÃO DO INVESTIMENTOS DA OPERAÇÃO SAMA GPTIC.....	26
FIGURA 11 - DISTRIBUIÇÃO DO INVESTIMENTOS DA OPERAÇÃO SAMA CGPI.....	27
FIGURA 12 - OPERAÇÕES EM CURSO DE 2008 A 2013.....	27
FIGURA 13 - RESUMO PLURIANUAL DAS OPERAÇÕES SAMA (2009 A 2013)	28
FIGURA 12 - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS (SÍNTESE).....	32

Nota Introdutória



1. Nota Introdutória

1.1 Enquadramento

Este documento de prestação de contas, complementar às demonstrações financeiras, tem por objetivo disponibilizar informação de carácter organizacional, económico e financeiro sobre a gestão do Instituto de Informática, para poder apoiar a futura tomada de decisões de carácter gestionário e político.

O documento apresenta a seguinte estrutura:

- No ponto n.º 1, na nota introdutória, para além do enquadramento e da missão, visão e valores do Instituto de Informática apresentam-se os principais resultados da atividade de 2013;
- No ponto n.º 2 apresenta-se a informação resumida relativa à gestão de pessoas;
- No ponto n.º 3 apresentam-se os dados da execução orçamental de 2013;
- No ponto n.º 4 apresenta-se a nota final ao documento.

1.2 O Instituto de Informática

Missão

“Disponibilizar soluções adequadas, que satisfaçam as necessidades de Tecnologias de Informação e Comunicação dos clientes, visando o serviço prestado a cidadãos e empresas.

Visão

“Ser líder da Administração Pública em soluções de Tecnologias de Informação e Comunicação”.

Valores

“Confiança; Competência; Inovação.”

A atividade do Instituto de Informática é orientada pela **Política do Sistema de Gestão Integrado do Instituto de Informática**, que decorre da Missão, Visão e Valores da organização, apoiando de forma permanente a prestação de um serviço público de excelência e sustentável.

Esta Política é suportada em seis princípios:

Partes Interessadas

O Instituto de Informática tem como objetivo da sua atividade criar valor para as Partes Interessadas, promovendo uma relação de confiança, através da disponibilização de soluções que correspondam às expectativas, estabelecendo para o efeito as parcerias e os acordos adequados.

Pessoas

O Instituto de Informática apoia, de forma contínua, o desenvolvimento das competências das suas pessoas de modo a incrementar a motivação, potenciar a eficácia do trabalho em equipa e promover a inovação, de modo a implementar as estratégias definidas.

Comunicação

O Instituto de Informática compromete-se a definir, implementar, rever e melhorar, de forma sistemática, os processos e ações de comunicação com as Partes Interessadas, internas e externas, de modo a garantir a eficácia de uma comunicação integrada.

Melhoria Contínua

O Instituto de Informática compromete-se a melhorar continuamente a eficácia e competência organizacionais, verificando a conformidade dos processos existentes, monitorizando os resultados chave do seu desempenho, e avaliando o valor das soluções que disponibiliza, introduzindo as melhorias necessárias.

Processos para a Excelência e Inovação

O Instituto de Informática compromete-se a prestar um serviço de excelência através da implementação de práticas sustentáveis no âmbito da gestão da qualidade, segurança da informação e continuidade do negócio, gestão de serviços de tecnologias de informação e responsabilidade social.

Compromete-se ainda em implementar e partilhar as boas práticas e os processos de gestão, promovendo a agilidade organizacional e a inovação, com recurso aos melhores referenciais e tecnologias disponíveis.

Requisitos legais

O Instituto de Informática compromete-se a cumprir todos os requisitos legais, regulamentares, estatutários, normativos e de anti-corrupção, e os requisitos de conformidade aplicáveis à sua atividade.

Fatores Críticos de Sucesso

As linhas estratégicas e fatores críticos para o sucesso do cumprimento da missão do Instituto de Informática são:

- Consolidar a qualidade, a usabilidade e o contributo corporativo dos sistemas de informação sob gestão do Instituto de Informática;
- Melhorar a satisfação dos Utilizadores do Sistema de Informação da Segurança Social;
- Melhorar a eficácia e eficiência dos processos internos do Instituto de Informática com vista à melhoria da qualidade dos serviços prestados;
- Melhorar o desempenho dos seus Colaboradores através do desenvolvimento das suas capacidades de aprendizagem e inovação.

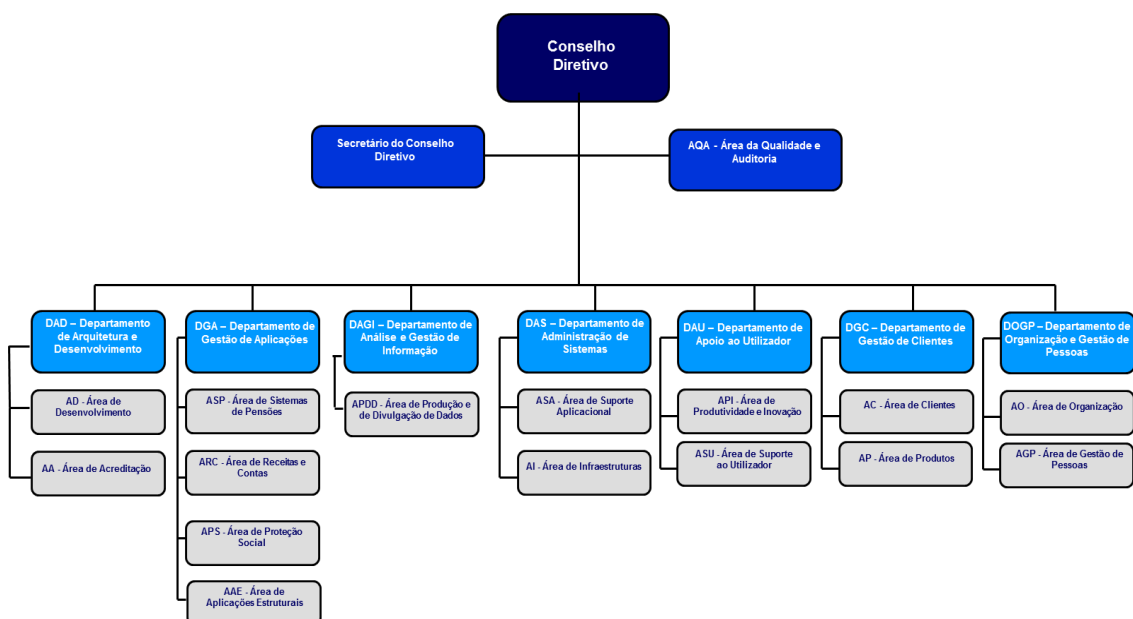
Estrutura Organizacional

A estrutura organizacional está organizada de acordo com os estatutos do Instituto de Informática, aprovados pela Portaria N° 138/2013 de 2 de abril.

O Instituto de Informática é dirigido por um Conselho Diretivo, constituído por um Presidente, um Vice-Presidente e um Vogal e estrutura-se em Departamentos e Áreas, dirigidos, respetivamente, por Diretores de Departamento e Coordenadores de Área.

Na figura seguinte apresenta-se o organograma do Instituto de Informática em 31 de dezembro de 2013:

Figura 1 - Organograma do Instituto de Informática.



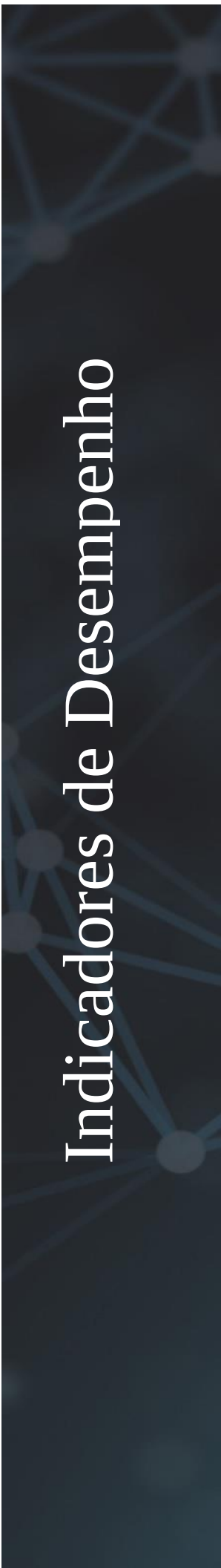
Para além do Conselho Diretivo, existem os seguintes órgãos,

- O Conselho Consultivo;
- O Fiscal Único.

O Conselho Consultivo é o órgão de consulta, apoio e participação na definição das linhas gerais de atuação do Instituto de Informática e nas tomadas de decisão do Conselho Diretivo. É constituído pelos dirigentes máximos dos organismos integrados nas administrações direta e indireta do MESS e por um representante de cada um dos parceiros sociais, designadamente, a União Geral de Trabalhadores, a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses, a Confederação Empresarial de Portugal, a Confederação do Turismo de Portugal, a Confederação de Comércio e Serviços de Portugal e a Confederação dos Agricultores de Portugal.

O Fiscal Único é o órgão responsável pelo controlo da legalidade, da regularidade e da boa gestão financeira e patrimonial; encontrando-se neste momento em processo de nomeação.

Indicadores de Desempenho



2. Indicadores do Desempenho

De seguida destacam-se os principais indicadores do desempenho e da atividade do Instituto de Informática relativamente a 2013:

2.1 Gestão das aplicações (SISS) e da informação de suporte ao negócio da Segurança Social

- No âmbito dos sistemas de informação geridos pelo Instituto de Informática existem 81 módulos em produção que suportam diretamente as atividades do negócio da Segurança Social ao nível do enquadramento e vinculação, registo de remunerações, prestações sociais, arrecadação, ação social, fiscalização e combate à fraude, entre outros (no anexo n.º 1, ao glossário de termos e acrónimos anexa-se a lista de módulos em produção):
 - Número de pessoas singulares ativas (ativos não mortos): 15.002.669;
 - Número de Entidades Empregadoras: 1.162.812;
 - Número de Pensionistas: 2.306.125;
 - Número de Remunerações e de Declarações de Remuneração:
 - N.º médio de linhas de remuneração: 8.160.798;
 - N.º médio de Declarações de Remuneração: 537.568;
 - Número de prestações pagas (média mensal): 3.435.499;
 - Número de pagamentos à Segurança Social (média mensal): 910.825;
 - Despesa corrente com prestações sociais em percentagem do PIB (dados do terceiro trimestre de 2013 – fonte BPStat, Banco de Portugal): 23,9%.

2.2 Gestão do Relacionamento e do Serviço ao Cliente

- No âmbito do serviço **Visita por Marcação Prévia (VMP)** foram realizadas 97.835 marcações e efetuados 67.969 atendimentos, para serviços de atendimento do Instituto da Segurança Social (ISS).
- No âmbito do serviço **Sistema Integrado de Gestão do Atendimento (SIGA);**

Foram efetuados 19.004.857 atendimentos, com a seguinte distribuição;

- Instituto da Segurança Social – 8.857.276, correspondendo a uma média diária de 34.198 atendimentos, com recurso a 2.704 colaboradores e 259 dias de atendimento;

- AMA, IP – Lojas do Cidadão - 10.146.012, correspondendo a uma média diária de 32.624 atendimentos, com recurso a 3.162 colaboradores e 311 dias atendimento;
 - Instituto do Emprego e Formação Profissional - 1569, correspondendo a uma média diária de 314 atendimentos, com recurso a 1.569 colaboradores e 5 dias de atendimento;
- No âmbito do **Contact Center**;
 - Foram registadas 3.800.316 chamadas oferecidas e 2.391.826 chamadas atendidas;
 - Taxa média de atendimento – 62,9%.
- No âmbito do **Suporte ao Utilizador** foram resolvidos os seguintes pedidos de resolução de 1ª prioridade: 33.188 incidentes e 41.680 pedidos de serviço, de acordo com os níveis de serviço negociados com os clientes;
- Ao nível da **Segurança Social Direta (SSD)** registaram-se até ao final de 2013, 90 funcionalidades em produção realçando-se as seguintes volumetrias (valores anuais):
 - N.º de Pessoas Singulares não Entidade Empregadora aderentes (diretamente em SSD) - 2.878.435;
 - N.º de Pessoas Coletivas e de Pessoa Singular Entidades Empregadoras utilizadoras de SSD (via DRO/I) – 585.665;
 - N.º Total de Acessos desde o início de 2013 – 12.821.833;
 - N.º de Acessos por Pessoas distintas desde o início de - 1.507.520;
- O **sítio da Segurança Social permaneceu** durante as 52 semanas do ano no Top10 do ranking da *Marketware*, com um tempo médio de acesso de 2,134 segundos;
- O **índice de satisfação dos clientes** (numa escala de 1 a 5) situou-se nos 3,1; a satisfação com a resolução de incidentes e pedidos de serviço foi, respetivamente, de 4,60 e de 4,78; a satisfação com os serviços de formação prestados pelo II registou um resultado de 4,3 (satisfação com a formação de uma forma geral), 4.8 (satisfação com a monitoria) ao nível da formação presencial e 4,6 ao nível da satisfação com a formação em e-Learning;
- Foram **formados 4.777 utilizadores** do Sistema da Segurança Social durante o ano de 2013.

2.3 Gestão do Serviço de Infraestrutura e Comunicações

- Foi dado suporte aos 81 módulos dos sistemas de informação em produção tendo sido realizados **1388 deployments** nos ambientes de produção e pré-produção;
- Foram executados 12.259 *scripts*, pela equipa de operação e 893 processos *batch*, geridos pela equipa de supervisão;
- A taxa de disponibilidade média dos serviços prestados (percentagem de horas de serviço acordadas, durante as quais o componente ou o serviço estão disponíveis) situou-se nos 99,90%;
- Foi assegurada a gestão dos 2 Datacenters, principal e um alternativo, em sintonia com as diretrizes do Plano de Continuidade de Negócio;
- Foram geridos 400 TB de “storage”;
- A média mensal de tráfego de rede no Datacenter Principal é de 5,4 TB;
- Foram realizados, em média, 500 backups por dia;
- Foram salvaguardados em média, por mês, 200 TB em Tapes, com execução de 15.500 backups, com uma taxa de sucesso de 98.9%.
- Foram geridos 15 TB no âmbito da gestão de bases de dados SISS, multiplicados por 8 ambientes SISS num total de 120TB;
- O crescimento médio da Base de Dados principal do SISS: 200GB / mês.

2.4 Sistema de Gestão Integrado

- Foi assegurada a auto avaliação **R4E (“Recognized for Excellence”)** segundo o modelo da *European Foundation for Quality Management* (EFQM);
- No âmbito do plano trianual de **formação e desenvolvimento de competências** registou-se uma **taxa de participação de 57%** de colaboradores com frequência de pelo menos uma ação de formação, o que equivale a uma totalidade de 5080 horas de formação.
- Foram **concretizados os principais objetivos e metas definidos para 2013** com um desempenho global de 97% ao nível do Balanced Scorecard e de 96% ao nível do Quadro de Avaliação de Responsabilização (QUAR).

Pessoas



3. Pessoas

3.1 Pessoas

A estratégia de Gestão de Pessoas tem sido uma componente permanente, integradora e propulsora no cumprimento da missão, das atribuições e competências do Instituto de Informática e que, no ano de 2013, continuou a merecer o necessário reforço e incremento. O cumprimento da missão do Instituto de Informática requer um corpo de profissionais estável e permanente, com perfis adequados às competências chave necessárias para o bom desenvolvimento das suas atividades, e que se encontre bem qualificado e motivado.

De entre várias iniciativas concretizadas ao longo de 2013, destacam-se as seguintes situações:

- Execução a 100% do Plano de Formação 2013, num conjunto de ações de formação eminentemente tecnológicas e com um custo global na ordem dos 120.000,00 euros. Paralelamente, foram divulgadas ações de formação e eventos promotores de aprendizagem nas áreas tecnológicas e comportamental e sem custos associados. Estas iniciativas permitiram o desenvolvimento de competências, bem como o incremento e sustentação das qualificações das pessoas ao serviço do Instituto de Informática;
- Publicitação de várias ofertas na Bolsa de Emprego Público com vista a dotar o Instituto de pessoas, em número e perfis de competências adequados, em consonância com a gestão previsional de recursos humanos, refletida no dimensionamento adequado do mapa de pessoal, em número de postos de trabalho necessários às atividades do Instituto, por carreiras e skills;
- Desenvolvimento do concurso externo de 25 postos de trabalho para a carreira de especialista de informática, após uma aprovação excecional para o efeito por parte do Senhor Secretário de Estado da Administração Pública e após 10 anos sem a entrada, para o mapa de pessoal do Instituto de Informática, de pessoas externas à Administração Pública. Esta iniciativa permite contribuir para a redução de custos, designadamente, através de recrutamento e seleção de pessoas permanentes, comparativamente e em alternativa, a não contratação externa de serviços, em outsourcing, e por aplicação das medidas legislativas em linha com as metas estabelecidas, no PAEF ¹ e no PREMAC².

¹ Plano de Assistência Económica e Financeira

- Desenvolvimento das condições de trabalho no Instituto de Informática de modo integrado, através de iniciativas no âmbito da segurança, saúde no trabalho e ambiente, apostando na motivação, responsabilização e diálogo permanente;
- Apresentação à Tutela, a 31/10/2013, de uma proposta para a regularização jurídica das carreiras específicas do Instituto e dos complementos atribuídos naquele âmbito, que ficou condicionada – até publicação da Lei que regulamente as remunerações na Administração Pública – pela Lei n.º59/2013, de 23 de Agosto;
- Numa dimensão mais corrente, tivemos de desencadear os mecanismos necessários à implementação das medidas legislativas em vigor, a partir do início de Janeiro de 2013, nomeadamente, as que decorrem das alterações à LVCR ³, ao RCTFP⁴, ao SIADAP ⁵ e do regime de mobilidade, mecanismos esses que passaram, entre outras coisas, pela configuração da aplicação informática e pela alteração de processos correntes;
- Implementação do Programa de Rescisões por Mútuo Acordo, dirigido a trabalhadores inseridos nas carreiras de assistente técnico (carreiras revistas) e carreira de técnica administrativa (carreira específica do Instituto). Num universo de 26 trabalhadores efetivos e pertencentes às referidas carreiras, foram concretizados 3 pedidos de trabalhadores neste âmbito e com efeitos a 01/01/2014; o que representa uma taxa de adesão de 11,5%.

3.2 Mapa de Pessoal a 1 de janeiro de 2013

O Mapa de Pessoal (MP) aprovado para o ano de 2012-2013, com 326 Postos de Trabalho Necessários (PTN), foi elaborado com a participação dos diversos Dirigentes e aprovado superiormente, nos termos dos artigos 4º a 7º da LVCR ⁶. A distribuição dos PTN por áreas, perfis e carreiras é de 68% nas atividades de TIC (departamentos cuja intervenção é tecnológica), 23% nas de apoio à gestão (staff) e 9% ao nível do pessoal dirigente.

A 31 de dezembro de 2013, o Instituto de Informática contava com 275 pessoas, verificando-se, assim, um total de 51 PTN por ocupar.

² Plano de Redução e Modernização da Administração Pública

³ Lei de Regimes de Vinculação, Carreiras e Remunerações

⁴ Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas

⁵ Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública

⁶ Lei de Regimes de Vinculação, Carreiras e Remunerações

3.3 Afetação Real das Pessoas

Desde 2009 que se vai verificando um decréscimo – ainda que com variações pontuais – do número de pessoas ao serviço do Instituto de Informática. A 31 de dezembro de 2013, o Instituto contava com 275 pessoas ao seu serviço, menos três pessoas do que o verificado a 1 de janeiro de 2013. Estes movimentos devem-se a saídas de pessoas, por aposentação e por mobilidade para outros Organismos da Administração Pública, e cujos postos de trabalho vagos também têm de ser preenchidos. Pese embora a variação negativa seja praticamente residual, se compararmos o número de postos de trabalho (PT) ocupados com o número de postos de trabalho existentes no Mapa de Pessoal verificamos que temos apenas uma ocupação de 84% dos PT em 2013, valor mais baixo desde 2009 (89%) [Ver figura 3].

No sentido de inverter esta tendência, ao longo do ano de 2013 foram desenvolvidas várias diligências no sentido de ocupar os postos de trabalho vagos no Mapa de Pessoal (51 PTN) e, simultaneamente, fazer face aos movimentos de saídas de pessoas anteriormente referenciados.

Figura 2 - Evolução de efetivos 1999/2013

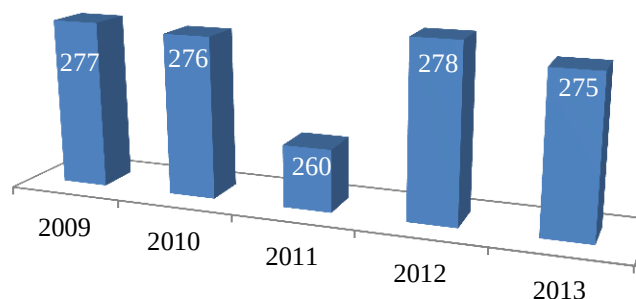
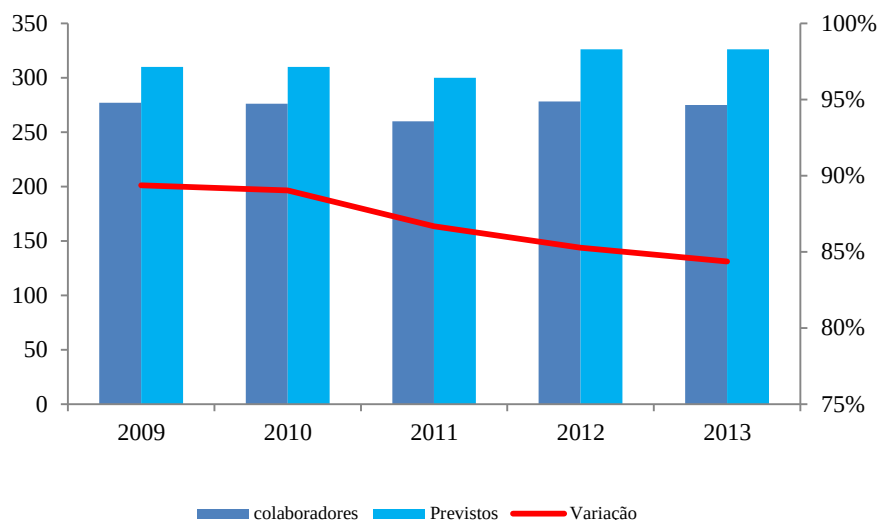


Figura 3 - Evolução de efetivos verso planeamento



3.4 Movimentos de Entradas e Saídas de Pessoas

No ano de 2013 verificaram-se 23 entradas de novos colaboradores e regressos, resultado do lançamento de ofertas lançadas na BEP, da concretização de situações de mobilidade interna e do regresso de colaboradores que se encontravam noutros Organismos da Administração Pública. No referido ano, verificou-se a consolidação de quatro situações de mobilidade interna no Instituto.

Entretanto, em igual período, saíram 26 pessoas, por motivos de aposentação, na sua maioria, e na sequência de movimentos de mobilidade para outros Organismos da Administração Pública.

3.5 Procedimentos Concurrais

Já anteriormente referido, sublinha-se a abertura do concurso externo de 25 postos de trabalho para a carreira de especialista de informática, após uma aprovação excecional para o efeito por parte do Senhor Ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social e do Senhor Secretário de Estado da Administração Pública e após 10 anos sem entradas, para o mapa de pessoal do II, IP, de pessoas externas à Administração Pública. O referido concurso externo encontra-se em curso e será concluído em 2014.

Execução Orçamental 2013



4. Execução Orçamental 2013

3.1. Orçamento inicial e revisões orçamentais

Em janeiro de 2013 o Instituto de Informática dispunha de um orçamento global de 29.589.880 euros, distribuído em despesas de Administração e despesas de Capital, no montante, respetivamente, de 17.334.880 euros e 12.255.000 euros.

No final do ano, o Orçamento corrigido apresentava um valor global de 37.963.033 euros, correspondendo a um aumento de dotação disponível de 28,3%.

O aumento da dotação orçamental verificou-se, particularmente, nas despesas de investimento apurando-se um aumento de 58,2% face ao orçamento inicial. Verificou-se também um incremento de dotação orçamental em despesas de pessoal, conforme se verifica no quadro abaixo.

Figura 4 - Evolução do orçamento 2013

Descrição da Despesa	OSS Inicial	Reforços/ Anulações	OSS Corrigido	Variação %
Despesas Correntes				
Despesas c/ Pessoal	8.995.446	2.184.580	11.180.026	24,3%
Aq. Bens e Serviços	8.267.232	-925.638	7.341.594	-11,2%
Outras *	72.202	-15.789	56.413	-21,9%
<i>Soma</i>	17.334.880	1.243.153	18.578.033	7,2%
Despesas de Capital				
Aq. Bens de Capital	12.255.000	7.130.000	19.385.000	58,2%
<i>Soma</i>	12.255.000	7.130.000	19.385.000	58,2%
Total	29.589.880	8.373.153	37.963.033	28,3%

As diversas alterações ao orçamento inicial do Instituto deram-se, em grande medida, pelos seguintes factos:

- **Despesas com Pessoal:** o Orçamento atribuído ao Instituto de Informática, neste agrupamento orçamental de despesas, teve de ser reforçado por causa, desde logo, da decisão de reposição do subsídio férias do Tribunal Constitucional. Para lá disto, importa considerar ainda a cessação da mobilidade dos trabalhadores do Instituto de Informática que, estavam em funções no Instituto da Segurança Social - Centro Nacional de Pensões, e tinham as remunerações asseguradas por este Instituto, até praticamente ao final de 2012 e que, desde essa altura, e com impacto em todo o ano de 2013, passaram a integrar a folha

salarial do Instituto de Informática. Por outro lado, o despacho em datas tardias no ano, por parte da Caixa Geral de Aposentações, da aposentação de trabalhadores que tinham feito o seu pedido ainda em 2012, bem como a necessidade do Instituto de Informática suportar, para lá dessa data, e até à publicação em Diário da República da aposentação, os encargos inerentes, também teve um impacto significativo nesta matéria. Assim, para satisfazer o conjunto de necessidades orçamentais deste âmbito, o orçamento foi reforçado em 2.184.580 euros.

- **Despesas de bens e serviços e Outras:** nestes dois agrupamentos económicos de despesa verificou-se uma redução do orçamento inicialmente carregado, no valor de 941.427 euros, realizada pelo IGFSS, na sequência das operações de otimização da execução orçamental do Orçamento da Segurança Social, permitindo desta forma libertar dotações que viabilizassem o reforço de administração de outros organismos do perímetro da Segurança Social mais deficitários.
- **Despesas de Capital:** o aumento de orçamento neste agrupamento orçamental de despesas deveu-se a dois grandes motivos:
 - **O 1º reforço orçamental**, em março de 2013, no montante de 1.250 mil euros, resultou da necessidade de satisfazer os compromissos declarados na candidatura SAMA (Aviso de Abertura de Concurso n.º 01/SAMA/2012), identificada como GPTIC. Esta candidatura contemplava, entre outros, a integração da componente de voz da infraestrutura existente, por forma a tirar partido da existência de uma só rede de dados e comunicações no MSESS, integrando, numa mesma rede, os diferentes métodos de comunicação unificadas (Instant Messaging, Videoconferência, Voip – Voz sobre IP).
 - **O 2º reforço orçamental**, realizado nos meses de junho e julho, pelo montante total de 7.249 mil euros, surgiu da necessidade de criação de capacidade orçamental no Instituto de Informática para permitir o desencadeamento do conjunto de procedimentos de contratação para operacionalização do Fundo de Compensação do Trabalho e do Fundo de Garantia e Compensação do Trabalho.

Pela análise comparativa com o ano anterior, verifica-se, relativamente ao orçamento inicial, uma redução de 5,5%, em resultado das orientações da Tutela e do IGFSS, no momento da elaboração dos respetivos projetos de orçamento. Contudo, por força das emergentes necessidades do Instituto de Informática, conforme explicado no parágrafo anterior, o orçamento de 2013 acabou

por ser reforçado no valor global de 8.373.153 euros, representando um aumento de 21,5% comparativamente com o orçamento corrigido de 2012 – vide quadro abaixo. Não obstante, apesar desse reforço orçamental que se cifrou directa e linearmente num aumento das respostas prestadas pelo Instituto – algumas delas de elevada criticidade, como foi o caso dos Fundos (de Compensação do Trabalho e Garantia de Compensação do Trabalho), já referidos – no orçamento de Administração, o Instituto conseguiu uma redução de 1,7%, com uma muito expressiva redução de 22% na rubrica de ‘Aquisição de bens e serviços’ (D.02).

Figura 5 - Comparação homóloga do OSS

Descrição da Despesa	OSS Inicial		Var. Hom. %	OSS Corrigido		Var. Hom. %
	2012	2013		2012	2013	
Despesas Correntes						
Despesas c/ Pessoal	9.453.543	8.995.446	-4,8%	9.453.543	11.180.026	18,3%
Aq. Bens e Serviços	9.417.514	8.267.232	-12,2%	9.414.914	7.341.594	-22,0%
Outras *	88.500	72.202	-18,4%	34.886	56.413	61,7%
<i>Soma</i>	<i>18.959.557</i>	<i>17.334.880</i>	<i>-8,6%</i>	<i>18.903.343</i>	<i>18.578.033</i>	<i>-1,7%</i>
Despesas de Capital						
Aq. Bens de Capital	12.351.000	12.255.000	-0,8%	12.351.000	19.385.000	57,0%
<i>Soma</i>	<i>12.351.000</i>	<i>12.255.000</i>	<i>-0,8%</i>	<i>12.351.000</i>	<i>19.385.000</i>	<i>57,0%</i>
Total	31.310.557	29.589.880	-5,5%	31.254.343	37.963.033	21,5%

* Inclui os grupos de despesa referentes a Juros e Outros Encargos; Estágios profissionais; Subsídios e Outras Despesas Correntes

3.1.1. Execução do Orçamento 2013

A despesa global realizada e paga fixou-se em 28.966.010 euros, registando uma variação positiva de 21,4% (5.113.983 euros), relativamente ao ano transacto.

As despesas Correntes ascenderam a 17.697.929 euros e as despesas de Capital totalizaram 11.268.081 euros.

Conforme se verifica no quadro abaixo, considerando os pagamentos efectuados, temos uma variação positiva da Taxa de Variação Homóloga Anual de 21,4%.

A acrescer à redução de 22% da rubrica D.02, anteriormente mencionada, conseguiu o Instituto, ainda, em sede de execução orçamental, uma redução – utilizando o mesmo indicador – de 8,6%.

Figura 6 - Comparação homóloga da execução orçamental

Grupos de despesas	OSS Corrigido * 2012	Pagam. 2012	% Exec.	OSS Corrigido * 2013	Pagam. 2013	% Exec.	Tvha
Pessoal	9.453.543	8.593.424	90,9%	11.180.026	11.026.710	98,6%	28,3%

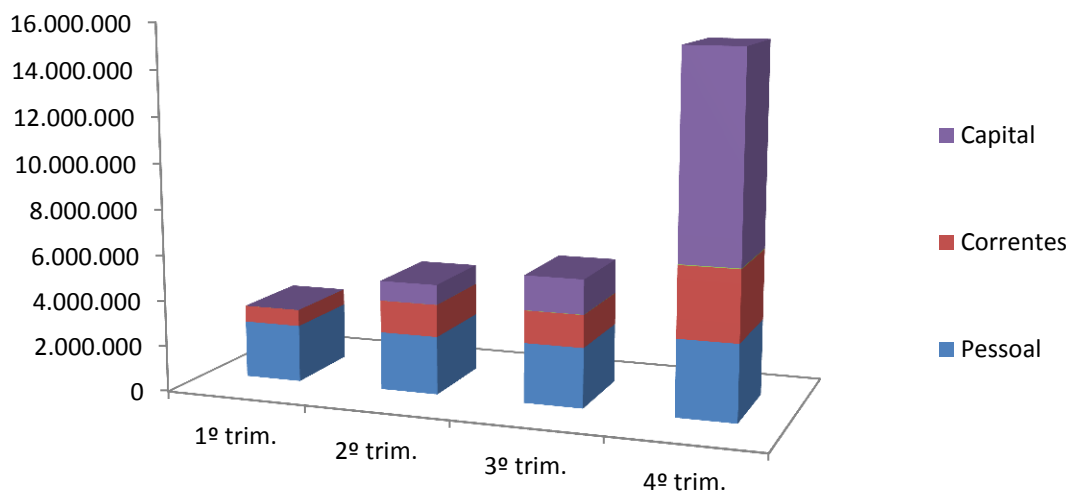
Bens e								
Serviços	8.865.482	7.239.000	81,7%	7.341.594	6.619.011	90,2%	-8,6%	
Outros	33.762	31.581	93,5%	56.413	52.208	92,5%	65,3%	
Capital	10.807.125	7.988.022	73,9%	19.385.000	11.268.081	58,1%	41,1%	
Total	29.159.912	23.852.027	81,8%	37.963.033	28.966.010	76,3%	21,4%	

*OSS Corrigido = OSS inicial + alterações orçamentais – cativos

3.1.2. Evolução da despesa

No que respeita à evolução da despesa por trimestre, verifica-se uma concentração maior de pagamentos nos últimos meses do ano. Esta situação resulta dos procedimentos de contratação desencadeados após reforço orçamental ocorrido em julho de 2013.

Figura 7 - Evolução trimestral da execução do orçamento



3.1.3. Análise de Custos de Infra-estrutura

A Administração de Sistemas foi a área que mereceu uma maior afectação do orçamento global, com cerca de 43,6%, e que é justificada pela aposta feita em termos infra-estruturais. A

necessidade de garantir uma infra-estrutura actual e robusta, que dê resposta não só ao presente dos Sistemas de Informação da Segurança Social, mas que seja, igualmente, capaz de suportar as suas evoluções, designadamente, com a inclusão da dimensão Emprego, configurou um eixo central dos investimentos levados a cabo pelo Instituto no ano de 2013. A fim de melhor compreender esta aposta, importa referir que o investimento feito, neste âmbito, em 2011 foi de 1.627.428,35 euros, em 2012 foi de 1.368.714,50 euros, ao passo que em 2013 foi de 4.782.088,83 euros. Destes investimentos resultam previsíveis poupanças, designadamente no que ao VoIP e à mobilidade diz respeito; poupanças alinhadas, de resto, com o documento do GPTIC.

Por outro lado os custos gerais do Instituto também representam um peso significativo do orçamento, correspondente a 34,7% do orçamento global. Enquadram-se nos custos gerais as despesas associadas a vencimentos e despesas de funcionamento, cuja percentagem de pagamentos, face ao total acumulado de toda a estrutura orgânica, é de 44,4 %. Aqui foram conseguidas poupanças muito significativas, designadamente pela renegociação do valor da renda e do condomínio do edifício do Taguspark.

3.2. Execução de operações Cofinanciadas - SAMA

3.2.1. Candidaturas SAMA

No ano de 2013 regista-se a aprovação de duas candidaturas SAMA de grande importância, quer para o desenvolvimento das atividades correntes do Instituto, quer para todo o Sistema da Segurança Social, com impacto generalizado ao nível do Continente e Regiões Autónomas; a saber: ‘GPTIC_MSSS – Plano Global Estratégico de Racionalização e Redução de Custos nas Tecnologias de Informação e Comunicação da Segurança Social’ e ‘CGPI – Melhoria nos canais de entrada e aumento do controle de gestão de processos de informação no SISS’.

O investimento realizado terá efeitos muito positivos na qualidade da informação que circula no sistema de informação central da Segurança Social, assim como para todas as entidades empregadoras e cidadãos.

Assinalam-se as principais características de ambas as operações cofinanciadas no âmbito do Aviso de Abertura 01/2012/SAMA, respetivamente, 1ª e 2ª fase de candidaturas:

GPTIC_MSSS - Plano Global Estratégico de Racionalização e Redução de Custos nas TIC's da SS. A presente operação integra 3 projetos do Instituto de Informática, resumidamente identificados nos pontos abaixo:

- Gestão de Identidades: insere-se na opção estratégica da SS de implementação de um processo de gestão de identidades, gerível, mensurável e controlado, garantindo um conhecimento organizacional mais real, potencializando uma organização mais ágil.
- Interoperabilidade: insere-se na opção estratégica da SS para canalizar esforços no sentido de se alcançar uma administração pública mais moderna, evoluída e integrada, inovadora, simplificada e desmaterializada, com ênfase na racionalização e reutilização dos recursos, na eficácia e eficiência dos serviços.
- VOIP: insere-se na opção estratégica do Instituto de Informática, em promover a racionalização das comunicações de voz e dados no MESS, promovendo a expansão do Contact Center e da capacidade de atendimento ao cidadão em termos presenciais.

A operação foi submetida para análise, em plataforma própria da AMA, em fevereiro de 2013 e obteve parecer favorável de financiamento, por despacho de 6 de junho de 2013, da Comissão Diretiva do Compete – Programa Operacional Fatores de Competitividade.

O investimento global da operação perfaz o montante de 3.748.720 euros, sendo que o investimento elegível aprovado corresponde a 3.000.000 euros (vide quadro abaixo). A limitação do investimento elegível não implica a impossibilidade da realização das despesas no âmbito das atividades apresentadas, podendo as mesmas ser executadas, desde que não seja ultrapassado o montante total aprovado e que não sejam comprometidos os objetivos confinados à operação.

A comparticipação FEDER corresponde a 1.746.750 euros, equivalente a uma taxa de comparticipação de, aproximadamente, 58,23%.

O investimento realizar-se-á no período de 1 de novembro de 2011 a 30 de dezembro de 2014, com os seguintes investimentos programados:

Figura 8 - Distribuição do Investimentos da operação SAMA GPTIC

Designação	Classificação da Despesa	Ano	Investimento	Elegível	Compart. FEDER
INTEROP - Aq. Serviços de Desenvolvimento de SW	Aquisição software	2013	320.000	320.000	186.320
VOIP - 1ª Fase da Aq. Equipamentos (Telefones IP)	Aquisição hardware	2013	1.250.000	1.250.000	727.813
VOIP - 2ª Fase da Aq. Equipamentos (Telefones IP)	Aquisição hardware	2014	1.250.000	529.078	308.056
GIDENT - Plataforma software	Aquisição de software	2013	345.630	345.630	201.243
GIDENT - Consultoria apoio	Assist. Técnica e Consult.	2013	118.080	106.272	61.877
GIDENT - Plataforma hardware	Aquisição hardware	2013	33.210	33.210	19.337
GIDENT - Consultoria apoio	Assist. Técnica e Consult.	2014	159.900	143.910	83.792
Pessoal Técnico Interno (dos 3 proj.)	Pessoal	2011 a 2014	271.900	271.900	158.314
Total			3.748.720	3.000.000	1.746.750

CGPI – Controlo de Gestão de Processos de Informação, pretende implementar alterações profundas ao nível da qualidade da informação relativa à obrigação de autoliquidação de contribuições e consequente eficácia acrescida na cobrança. Prevê-se, por um lado, a implementação de um canal único de entrega de Declarações de Remunerações e, por outro lado, a criação de um novo sistema de “controlo de participação” ligando as contas correntes ao sistema de execução fiscal existente no âmbito da cobrança coerciva.

A presente candidatura foi submetida a junho de 2013, em plataforma própria da AMA, e obteve parecer favorável de financiamento, por despacho de 4 de novembro de 2013, da Comissão Diretiva do Compete – Programa Operacional Fatores de Competitividade.

O investimento global da operação perfaz o montante de 349.823 euros, sendo que o investimento elegível aprovado corresponde a 204.845 euros (vide quadro abaixo). Tal como a operação anteriormente, o corte realizado não implica a não elegibilidade das despesas executadas no âmbito das atividades apresentadas, podendo as mesmas ser executadas, desde que não seja ultrapassado o montante total aprovado e que não sejam comprometidos os objetivos confinados à operação.

A comparticipação FEDER corresponde a 119.271 euros, equivalente a uma taxa de comparticipação de, aproximadamente, 58,23%.

O investimento realizar-se-á no período de 2 de setembro de 2013 a 30 de junho de 2014, com os seguintes investimentos programados:

Figura 9 - Distribuição do Investimentos da operação SAMA CGPI

Designação	Classificação da Despesa	Ano	Investim.	Elegível	Compart. FEDER
Testes	Software informático	2013	35.227	35.227	20.511
Reforço de equipa - Analista/Programador	Software informático	2013	135.477	135.477	78.882
Despesas com Pessoal Técnico do II,IP	Pessoal Técnico Interno	2013 e 2014	91.572	34.141	19.879
Total			262.276	204.845	119.271

3.2.2. Execução das Operações SAMA

Desde 2008 que o Instituto acompanha a execução de diversas operações SAMA. A 31 de dezembro de 2013 registam-se 13 operações em curso em diversos estados de execução, conforme se resume no quadro abaixo.

As operações SAMA que se encontram em plena execução são a IBeR, iniciada em 2012, e a GPTIC e CGPI, ambas iniciadas em 2013. Estas operações têm continuidade em 2014.

As restantes operações, encontram-se num estado mais avançado de execução, com início em 2008, estando em fase de conclusão ou concluídas a 31 de dezembro de 2013.

Figura 10 - Operações em curso de 2008 a 2013

Operação	Entidade Promotora	Parceiros	Estado atual da operação
ASU (3584)	II	-	Concluída a 31/12/2013 - aguarda-se reembolso final.
DPN (1872)	II	-	Concluída a 31/12/2013
PORTAL (3608)	II	-	Concluída a 31/12/2013 - aguarda-se reembolso final.
PCF (3590)	II	-	Concluída a 31/12/2013 - aguarda-se reembolso final.
CC (1874)	II	-	Concluída a 31/12/2013 - aguarda-se reembolso final.
GO PRO (3560)	ISS	II	Submetidas todas as despesas realizadas, aguarda-se reembolso final do FEDER. Encontra-se em análise no âmbito de uma visita de acompanhamento por parte da AMA.
ÚNICA (3575)	ISS	II	Submetidas todas as despesas realizadas, aguarda-se reembolso final do FEDER. Encontra-se em análise no âmbito de uma visita de acompanhamento por parte da AMA.
IECC (7958)	AMA	II; ACSS	Submetidas todas as despesas realizadas, aguarda-se reembolso final do FEDER.
FWSC-I (7959)	AMA	II; ACSS	Submetidas todas as despesas realizadas, aguarda-se reembolso final do FEDER.
PMA (5651)	AMA	DGAE; DGC; ISS; II	Desistência em outubro de 2013.

IBeR (22981)	II	ISS	Em execução.
GPTIC (33181)	II	-	Em execução.
CGPI (37548)	II	-	Em execução. Assinatura do termo de aceitação a 19/12/2013.

Tendo em conta o início das operações cofinanciadas nos diversos anos, o montante total elegível programado perfaz a quantia de 11.756.563 euros. As despesas realizadas ao longo desses anos atingiram os 7.977.917 euros, correspondente a uma percentagem de pagamentos de 67,9%.

Em face das despesas realizadas, verifica-se, a 31 de dezembro de 2013, uma elevada percentagem de pedidos de reembolso submetidos à AMA, atingindo os 75,2%. A diferença para os 100% diz respeito às despesas pertencentes à operação GPTIC, cujos pagamentos foram realizados no último mês do ano.

O Instituto de Informática recebeu do Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, I.P. (IFDR) o montante de 2.551.050 euros, correspondente à parte comparticipada pelo FEDER, que representa 42,5% das despesas apresentadas à AMA. Na medida da conclusão dos processos de pedidos de reembolso, esta percentagem tenderá para 58,2%, taxa média de cofinanciamento das operações.

O quadro seguinte sintetiza todas as operações SAMA e identifica os montantes aprovados, executados, submetidos e reembolsados desde o início das operações.

Figura 11 - Resumo Plurianual das Operações SAMA (2009 a 2013)

<i>em euros</i>							
Operação	Elegível	% Compart. FEDER	Cofinancia.	Total despesa realizada	% Exec.	Reemb. Remetidos à AMA	Reemb. Recebidos do FEDER
	1	2	3=1*2	4	5=4/1	6	7
ASU (3584)	538.762	58,2%	313.694	412.896	76,6%	412.896	228.388
DPN (1872)	2.014.000	58,2%	1.172.652	2.201.973	109,3%	2.201.973	1.282.099
GO PRO (3560)	919.526	58,2%	535.394	351.579	38,2%	351.579	181.288
PORTAL (3608)	419.922	58,2%	244.499	416.107	99,1%	416.107	230.165
ÚNICA (3575)	1.244.336	58,4%	726.476	925.395	74,4%	925.395	0
PMA (5651)	844.931	58,2%	492.003	0	0,0%	0	0
IECC (7958)	510.589	58,2%	297.316	296.960	58,2%	296.960	172.905
FWSC-I (7959)	560.878	58,2%	326.599	366.921	65,4%	366.921	207.189
PCF (3590)	320.175	58,2%	186.422	407.200	127,2%	407.200	177.101
CC (1874)	43.300	58,2%	25.211	62.774	145,0%	62.774	23.951
IBeR (22981)	1.149.561	58,2%	669.332	82.377	7,2%	82.377	47.964
GPTIC (33181)	3.000.000	58,2%	1.746.750	2.453.734	81,8%	472.185	0
CGPI (37548)	190.583	58,2%	110.967				
Total	11.756.563		6.847.316	7.977.917	67,9%	5.996.369	2.551.050

3.3. Resultado Líquido

O exercício de 2013 encerrou com um apuramento de Resultado Líquido positivo no montante de 2.270.582 euros.

O Resultado Líquido apurado está afetado pela contabilização de despesas de investimento no valor total de 11.268.081 euros financiadas pelo Fundo de Capital do Orçamento de Administração da Segurança Social e contabilizado como Proveitos Extraordinários, de acordo com as normas contabilísticas do Plano Oficial de Contabilidade das Instituições do Sistema de Solidariedade e de Segurança Social (POCISSSS).

Aquele resultado está, também, afetado pelo total de Amortizações do Exercício no montante de 12.109.681 euros.

Não tendo o Instituto de Informática qualquer atividade de exploração, o resultado apurado no exercício é meramente contabilístico em consequência da aplicação das normas do POCISSSS.

Em termos homólogos, a demonstração de resultados evidencia um acréscimo de 28,13% face a 2012, tal como se verifica no mapa abaixo “Demonstrações de Resultados (síntese)”.

De seguida, explica-se, de forma resumida, as variações mais significativas, constantes na respetiva demonstração:

- **Contas 62 – Fornecimentos e serviços externos e 64 Custos com Pessoal**

Neste grupo de contas verifica-se um acréscimo 26,75%, percentagem influenciada pelos custos com pessoal quer ao nível de vencimentos quer ao nível de encargos sociais. [Vide 3.1. Orçamento inicial e revisões orçamentais – Despesas com Pessoal].

No que se refere a fornecimentos e serviços externos, verifica-se uma redução de custos, situação ainda decorrente dos impactos da legislação produzida na sequência do Programa de Assistência Económica e Financeira em que o país se encontra.

- **Conta 63 -Transferências correntes concedidas e prestações sociais**

Os custos registados na presente conta referem-se aos subsídios atribuídos ao CCD, verificando-se um decréscimo de 19,23%, em comparação com 2012. As transferências são definidas, regulamentadas e autorizadas por despacho do membro do Governo responsável pela área da

segurança social, com base em critérios transparentes e objetivos, de acordo com o Despacho n.º 9739/2013, de 24 de julho.

- **Conta 65 Outros Custos e Perdas Operacionais**

A variação obtida deve-se sobretudo à inserção de custos no âmbito do programa de Estágios Profissionais na Administração Pública Central (PEPAC), bem como ao pagamento de taxas de justiça no âmbito de processos de injunção instruídos em 2013.

- **Conta 71 Vendas e prestações de serviços**

Na presente conta verifica-se um acréscimo substancial na prestação de serviços, atingindo os 2.227,67% face ao ano anterior. Esta situação deve-se ao alargamento de funções de prestação de serviços prevista na alínea l) do nº 2 do artigo 3º do Decreto-lei 196/2012, de 23 de Agosto, preconizada através da celebração de protocolos com outras entidades públicas, nomeadamente:

- Câmara dos Solicitadores – no âmbito de consulta de base de dados;
- Agência para a Modernização Administrativa (AMA) – referente ao projeto Sistema de Informação para a Gestão do Atendimento (SIGA);
- Instituto de Desenvolvimento Social dos Açores (IDSA) – referente a prestação de serviços de alterações a programas informáticos do SIS;
- Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) – referente à disponibilização de instalações e infraestrutura técnica do Centro de Contacto;
- Instituto Nacional para a Reabilitação (INR) – Referente à prestação de serviços de desenvolvimento de software no âmbito do Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio (SAPA).

- **Conta 74 Transferências e subsídios correntes obtidos**

Esta conta teve um acréscimo em valor efetivo correspondente a 6.002.185 euros, significando uma aumento de 38,98% comparativamente com o ano de 2012. Este aumento deve-se ao cumprimento do protocolo celebrado com a Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT), referente à gestão suporte técnico da infraestrutura da rede de dados e comunicações; ao aumento dos valores financiadas pelo Fundo de Administração do Orçamento de

Administração da Segurança Social e pelo acréscimo dos valores dos projetos cofinanciados pela AMA no âmbito de operações SAMA correspondente à parte de despesas correntes.

- **Conta 79 Proveitos e ganhos extraordinários**

A variação verificada deve-se ao aumento de valor de transferências realizadas pelo IGFSS para financiamento das despesas de capital; ao acréscimo dos valores dos projetos cofinanciados pela AMA no âmbito de operações SAMA correspondente à parte de despesas de capital.

Figura 12 - Demonstração de resultados (síntese)

Demonstração de Resultados (síntese)

		Unidade Monetária: EUR				Evolução 2012/2013 (%)
POCISSSS		Exercício				
		2013		2012		
61 62 64 641+642 643+648 63 66 67 65 68 69 88	Custos e Perdas					
	CMVMC					
	Mercadorias	0,00		0,00		
	Matérias	0,00	0,00	0,00	0,00	
	Fornecimentos e serviços externos	6.709.059,31		7.273.406,24		
	Custos com o pessoal:					
	Remunerações	10.180.595,73		6.563.228,98		
	Encargos Sociais:					
	Pensões	49.514,75		12.104,51		
	Outros	2.360.074,94	19.299.244,73	1.377.291,45	15.226.031,18	26,75%
	Transferências correntes concedidas e prestações sociais	19.919,00	19.919,00	24.661,60	24.661,60	-19,23%
	Amortizações do exercício	12.109.681,33		15.380.570,55		
	Provisões do exercício	0,00	12.109.681,33	0,00	15.380.570,55	-21,27%
	Outros Custos e perdas operacionais (A)	28.461,53	28.461,53	3.659,66	3.659,66	677,71%
	Custos e perdas financeiras (C)		31.457.306,59		30.634.922,99	2,68%
			3.707,40		3.259,69	
			31.461.013,99		30.638.182,68	2,69%
Custos e perdas extraordinárias (E)		21.323,59		13,09		
		31.482.337,58		30.638.195,77	2,76%	
Resultado Líquido do exercício		2.270.581,88		-4.295.593,47	-152,86%	
		33.752.919,46		26.342.602,30	28,13%	
71 72 75 73 74 741 742+743 76 78 79	Proveitos e Ganhos					
	Vendas e prestações de serviços					
	Vendas de mercadorias	0,00		0,00		
	Vendas de produtos	0,00		0,00		
	Prestações de serviços	559.285,57	559.285,57	24.027,68	24.027,68	2227,67%
	Impostos e taxas	0,00		0,00		
	Variação da produção					
	Trabalhos para a própria entidade	0,00		0,00		
	Proveitos suplementares	0,00		0,00		
	Transferências e subsídios correntes obtidos:					
	Transferências - Tesouro	0,00		0,00		
	Outras	21.400.184,92		15.397.999,42		
	Outros proveitos e ganhos operacionais (B)	0,00	21.400.184,92	0,00	15.397.999,42	38,98%
			21.959.470,49		15.422.027,10	42,39%
	Proveitos e ganhos financeiros (D)	1,95	1,95	1,75	1,75	
			21.959.472,44		15.422.028,85	42,39%
	Proveitos e ganhos extraordinários	11.793.447,02	11.793.447,02	10.920.573,45	10.920.573,45	7,99%
	(F)		33.752.919,46		26.342.602,30	28,13%
RESUMO:						
	Resultados Operacionais: (B) - (A) =		-9.497.836,10		-15.212.895,89	-37,57%
	Resultados Financeiros: (D-B) - (C-A) =		-3.705,45		-3.257,94	13,74%
	Resultados Correntes: (D) - (C) =		-9.501.541,55		-15.216.153,83	-37,56%
	Resultados Líquidos do Exercício: (F) - (E) =		2.270.581,88		-4.295.593,47	-152,86%

Considerações Finais



5. Nota final

O ano de 2013 caracterizou-se pela formalização da nova estrutura orgânica do Instituto de Informática, que traduz um maior enfoque nas pessoas, na gestão do relacionamento com os clientes e com os utilizadores, na integração dos sistemas de informação e da infraestrutura tecnológica e pela profunda reflexão estratégica desenvolvida durante o ano, que culminou na definição de uma nova “Visão 2.0”, que será desdobrada com a revisão do plano estratégico de sistemas de informação do MSESS 2014-16.

Isto foi acompanhado de um maior rigor nas gestões financeira e aquisitiva e pela concretização da generalidade das metas definidas no âmbito do Quadro de Avaliação e Responsabilização e do BSC do Instituto de Informática de 2013.

As concretizações e resultados do Instituto de Informática só foram possíveis com o compromisso, a motivação, o empenho e a coesão de todas as pessoas e parceiros do Instituto.

Porto Salvo, 10 de abril de 2014,

O Conselho Diretivo

António Rapoula

João Mota Lopes

Vice-Presidente

Vogal

ANEXO – Definições (Glossário e Acrónimos)

Termo ou Acrónimo	Descrição
ACEEP	Acordo Coletivo de Entidade Empregadora Pública nº 7/2011, de 8 de Julho
ACT	Autoridade para as condições de Trabalho
AJUDIC	Subsistema de Apoio Judiciário
AMA	Agência para a Modernização Administrativa, IP.
AP	Administração Pública
APEF	Alargamento de Penhoras em Execução Fiscal
APQ	Associação Portuguesa para a Qualidade
ASIP	Ação Social Interface Parceiros
BD	Base de Dados
BSC	Balanced Scorecard
CD	Conselho Diretivo
CESD	Cartão Europeu do Seguro de Doença
CIMO	Centralização de Impressão Massiva de Outputs
Cobit	Control Objectives for Information and Related Technology
CPCJ	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens
CRGE	Companhias Reunidas de Gás e Eletricidade
CSI	Complemento Solidário para Idosos
CTFP	Contrato de Trabalho em Funções Públicas
CTT	Correios de Portugal
DASET	Departamento de Arquitetura de Sistemas e Estratégia Tecnológica
Database Vault	<i>Framework</i> de Segurança para o sistema de gestão de base de dados
DES	Subsistema de Desemprego
DGES	Direção-Geral do Ensino Superior
DGITA	Direção-Geral de Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros
DGSS	Direção-Geral da Segurança Social
DL	Decreto-Lei
DOSAC	Departamento de Operações de Sistemas e Apoio a Clientes
DR	Declaração de Remunerações
DRI	Declaração de Remunerações por Internet
DRO	Declaração de Remunerações Online
DSC	Declaração de Situação Contributiva
EESSI	European Electronic Signature Standardization Initiative
EFQM	European Foundation for Quality Management
EPAL	Empresa Portuguesa de Águas Livres
ERSS	Entidade Relevante para a Segurança Social
e-valorRH	Sistema de Gestão de Recursos Humanos
FEDER	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FGS	Fundo de Garantia Salarial
GC	Gestão de Contribuições
GERA	Gestão de Emissão de Recibos de Atendimento
GIEC	Gestão Integrada de Exposições do Cidadão
GR	Subsistema de Gestão de Remunerações
GREF	Gestão de Revertidos em Execução Fiscal
IDQ	Subsistema de Identificação e Qualificação
IEFP	Instituto de Emprego e Formação Profissional
IGFSS	Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, IP.
II, IP.	Instituto de Informática, I.P.

Termo ou Acrónimo	Descrição
IPSS	Instituição Particular de Solidariedade Social
ISACA	Information Systems Audit and Control Association
ISO	International Organization for Standardization
ISS, IP.	Instituto de Segurança Social, I.P.
IT	Infraestrutura tecnológica
ITIL	Information Technology Infrastructure Library
ITPT	Subsistema de Impedimentos Temporários para o Trabalho
JCAPS	Java Composite Application Platform Suite
LOE	Lei do Orçamento de Estado
LVCR	Lei relativa a Vínculos, Carreira se Remunerações na Administração Pública
MS	Microsoft Corporation
MSESS	Ministério da Solidariedade, Emprego e da Segurança Social
MSSS	Ministério da Solidariedade e da Segurança Social
MTSS	Ex - Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social
OE	Orçamento de Estado
PA	Plano de atividades
PDCA	Plan-Do-Check-Act
PESI	Plano Estratégico de Sistemas de Informação
PF	Subsistema de Prestações Familiares
PMA	Plataforma multicanal de atendimento
POCIQ	Portal do Conhecimento para a Inovação e Qualidade do ex-MTSS
POECD	Plano de Operacionalização do Exercício de Cargos Dirigentes
POFC	Programa Operacional Fatores de Competitividade
PREMAC	Plano de Redução e Melhoria da Administração Central do Estado
PS	Pessoa Singular
PT	Posto de Trabalho
PTN	Postos de Trabalho Necessários
QUAR	Quadro de Avaliação e Responsabilização
R4E	Recognised for Excellence
RA	Relatório de Atividades
RCM	Resolução do Conselho de Ministros
RCTFP	Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas
RH	Recursos Humanos
RSI	Rendimento Social de Inserção
SAF	Sistema de apoio à Fiscalização
SAMA	Sistema de Apoios à Modernização Administrativa
SAP	<i>Software</i> de Gestão de Negócios com o nome da empresa criadora
SAP-CO	Módulo SAP – Contabilidade
SAP-PS	Subsistema SAP – Project System
SAP-RH	Módulo SAP – Recursos Humanos
SCARE	Apoio Social a Carentes
SEF	Sistema de Execuções Fiscais
SEPA	Single Euro Payments Area
SESS	Sistema Estatístico da Segurança Social
SIGI	Sistema de Gestão Integrado do II, IP.
SGQ	Sistema de Gestão da Qualidade
SGR	Sistema de gestão do relacionamento
SGRS	Sistema de Gestão da Responsabilidade Social
SGSI	Sistema de Gestão da Segurança da Informação
SGSI-SS	Sistema de Gestão da Segurança da Informação da Segurança Social

Termo ou Acrónimo	Descrição
SGSTI	Sistema de Gestão de Serviços de tecnologias de Informação
SIADAP	Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho da Administração Pública
SICC	Sistema de Informação das Contas Correntes - gere as contas correntes dos beneficiários da Segurança Social
SID	Sistema Integrado de Dívida
SIF	Sistema de Informação Financeira
SIG	Sistema de Informação de Gestão
SIGA	Sistema Integrado de Gestão do Atendimento
SIRH	Sistema de Informação de Recursos Humanos
SISS	Sistema de Informação da Segurança Social
SS	Segurança Social
SSD	Segurança Social Direta
TB	Terabyte
TC	Tribunal de Contas
TCO	Trabalhador por Conta de Outrem
TI	Tecnologias de informação
TIC	Tecnologias da Informação e Comunicação
TIR	Projeto ACTIR – Ajudas de Custo – Transportes Internacionais Rodoviários
TLP	Antiga designação para a empresa “Telefones de Lisboa de Porto”
TU	Tesouraria Única
UE	União Europeia
VMP	Visita por Marcação Prévia

CONFIANÇA E INOVAÇÃO



**INSTITUTO
DE INFORMÁTICA**
CONFIANÇA E INOVAÇÃO

Instituto de Informática,
Av. Prof. Dr. Cavaco Silva, 17 - Taguspark
2740-120 Porto Salvo
Tel. +(351) 214 230 000



Recognised for excellence
4 star